

---

## ESCOLA NA CONTEMPORANEIDADE

*Célia Regina Teixeira Shimazu*

Mestre em Educação pela UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso), Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da PUC/SP (Educação e Currículo) e Professora do Curso de Pedagogia na UNINOVE

### **Resumo**

Este estudo pretende contribuir para o debate sobre sucesso/fracasso escolar, investigando as concepções de escola na sociedade contemporânea.

*Palavras-chave: sucesso escolar; escola pública.*

### **Abstract**

This study intends to contribute to the success/failure school debate, investigating the school conceptions in the contemporary society.

*Key words: school success; public school.*

Na atual conjuntura mundial em que a sociedade contemporânea se insere, os países, para promoverem melhores condições de desenvolvimento e crescimento, dirigem suas preocupações para o grau de conhecimento de seus povos, sem que isso, necessariamente, implique incremento de uma postura crítica a respeito dos produtos e processos do conhecimento que os setores educacionais produzem.

As transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, na sociedade atual, têm-se tornado, explicitamente, mais determinantes do tipo e natureza dos sistemas educacionais e do ensino implementados em cada contexto. Essas transformações constituem hoje um ingrediente necessário que obriga as nações a conformarem e organizarem seus sistemas educacionais, considerando-os como um dos fortes agentes dessas mudanças, geradores de conhecimento que pode possibilitar a formação de sujeitos capacitados para intervir e atuar na sociedade de forma crítica e criativa.

A possibilidade de materializar essa preocupação requer medidas que situem o setor educacional no conjunto das políticas públicas, como elemento central e prioritário quando da elaboração das propostas intra e extrapolíticas e projetos públicos. Fazer isso poderá criar condições para que seja revisto o descompasso entre as necessidades emergentes da sociedade contemporânea e o desenvolvimento da capacidade da escola para o atendimento de uma demanda socioeducacional cada vez mais necessária e emergente, no que se refere a uma qualificação socialmente competente e comprometida.

No contexto da óptica interna dos planejamentos públicos, a escola, como difusora e geradora de conhecimentos, passa a ter importância na medida em que se tornam mais visíveis suas possibilidades de ação e de mudança. A educação, ao ser posta centralmente como forte agente de oportunidades para as pessoas – em razão da idéia de que a escolaridade resolveria grande parte dos problemas, como pobreza, habitação, saneamento básico, fome, desemprego –, passa a desempenhar um papel a que não se destina, ou seja, o de uma espécie de película que pode recobrir e, conseqüentemente, escamotear os reais determinantes dos sérios problemas sociais gerados pela globalização da economia, que implicam a exclusão das pessoas do mundo do trabalho e conhecimento. Por outro lado, o fato de a educação, aparentemente, possibilitar aos povos e setores envolvidos mais oportunidades de sobrevivência, na realidade apenas indica que ela tem contribuído para o enfrentamento, por parte das pessoas, de seus dilemas cotidianos, e a eles se adequa, e não para a eliminação dos determinantes desses problemas.

Mesmo sabendo-se que a escolaridade da população não assegura a queda dos índices de desemprego, pois estes dependem mais de fatores externos do que internos à educação, têm prevalecido, nos discursos governamentais, as visões sobre escolarização e melhoria de vida, numa relação direta entre elas, possivelmente como uma maneira de criar legitimações dirigidas à capacidade/incapacidade dos indivíduos e com o intuito de amenizar problemas como desemprego, pobreza e miserabilidade dos povos.

O novo paradigma de sociedade concebido defende uma constelação de crenças, valores e técnicas compartilhadas pelos

membros de uma comunidade independentemente do grau de escolaridade de seus povos. Neste 'novo' paradigma de sociedade, o indivíduo é desconsiderado em relação ao meio socioeconômico que o produz, não importando o nível de escolaridade exigido pelos meios de produção. Isso pode legitimar os processos de exclusão de pessoas do mercado de trabalho – a grande massa da força de trabalho não-escolarizada –, permanecendo nesse mercado apenas os mais qualificados, avalizados pela educação. Dessa forma, configura-se, para os excluídos, uma posição de exército de reserva nas relações de produção.

Nos dias atuais, conforme Berman (1986), Guidens (1991), Harvey (1992), Santos (1997) e Gorender (1997), a nova organização do trabalho exige um novo trabalhador, mais qualificado e em constante aperfeiçoamento, que tenha acesso imediato aos conhecimentos gerados e faça uso do emprego de tecnologias. Isso pode levar a um atrelamento da formação do trabalhador à educação: a garantia de sua empregabilidade e a continuidade no mercado de trabalho ficam condicionadas aos níveis de educação/escolaridade que o trabalhador consiga atingir.

Conscientemente, conceber a educação como garantia da empregabilidade dos trabalhadores é desconsiderar fatores e contextos maiores como os blocos econômicos que determinam regras e normas, às quais os países subdesenvolvidos devem atender. Deixar de perceber estas relações seria o mesmo que legitimar e aceitar a desobrigação do Estado com relação às suas responsabilidades de desenvolver políticas públicas para a geração de novos empregos e melhoria na qualidade de vida das pessoas.

Nesse contexto, a escola, como difusora e geradora de conhecimentos, passa a ter importância inigualável nos discursos governamentais atuais, numa trajetória paradoxal: deve conciliar o projeto de emancipação humana e, ao mesmo tempo, adequar-se aos novos padrões econômicos de produção e qualidade. A mudança dos sistemas educacionais faz-se necessária, pois conciliar pressupostos de libertação dos homens com a preparação para o trabalho constitui o grande desafio do próximo milênio. Nas palavras de MORAES (1997:132),

a questão esbarra na irrelevância de nossos sistemas educacionais, na defasagem da escola, que não cumpre sua finalidade maior, voltada para a emancipação de sujeitos históricos capazes de construir seu próprio projeto de vida. Uma escola que não acompanha o desenvolvimento econômico e tecnológico do século XX, que não prepara crianças, jovens e adultos para viver e atuar num contexto de incertezas e instabilidades. Ela continua trabalhando como se os antigos pressupostos de estabilidade e certeza ainda expressassem a realidade. E, pior ainda, continua defasada, obsoleta, num processo de decadência acelerada, sem absorver as mudanças tecnológicas da sociedade em que vivemos.

Assim, vivendo o chamado processo de democratização do ensino, a escola, ao abrir seus muros para a comunidade, torna-se potencialmente propulsora de mudanças. E com isso, em seu interior, aqueles diretamente implicados – professores, diretores, coordenadores e estudantes – podem passar a enxergar que, nos dias atuais, o mundo se encontra num processo de grandes transformações que envolve diversos fatores, “entre eles, os avanços científicos que multiplicam as informações, distribuem o conhecimento, influenciam sistemas políticos, econômicos e sociais, presentes e futuros” (MORAES, 1997:115). Considerar a relevância de tais avanços pressupõe que, para enxergar além e optar pela melhor estratégia a ser empreendida, cabe à escola desencadear, em seu meio, reflexões que facilitem divisar o tipo de cidadão que pretende formar. Para isso, há necessidade de incorporar as mais diversificadas situações, para as quais os desafios atuais da sociedade contemporânea requerem posicionamentos e alternativas de seus cidadãos.

MORAES (1997:132) aponta que, nos dias atuais, necessita-se de preparação para uma “aprendizagem constante, uma educação permanente, para que o indivíduo possa acompanhar as transformações culturais e sociais, evoluir num clima de incertezas, de inseguranças, de mudanças tecnológicas e organizacionais, num mercado de trabalho absolutamente imprevisível”. Atentando para

esta diversidade, garantir, por meio de uma educação de qualidade, as condições necessárias a estes cidadãos, para que não se sintam totalmente excluídos, passa a ser uma das metas da educação voltada às camadas populares.

RIBEIRO (1999) avalia que o debate sobre a exclusão social não centra atenção na compreensão da guerra que o Capital, com seu foco neoliberal, move contra o Trabalho. E aqui temos um dos problemas mais preocupantes para a sociedade, quando se observa que, utilizando medidas paliativas, o neoliberalismo procura sanar ou minimizar os problemas gerados e acirrados por sua própria política socioeconômica.

No âmbito macrossocial, falar de políticas dirigidas às oportunidades de desenvolvimento de um país em todas suas peculiaridades, é falar de políticas educacionais cujas ações procuram contemplar objetivos como fomento à pesquisa, formação de mestres e doutores no exterior, universalização qualitativa da educação básica e delimitação de suas condições, criação de meios que possibilitem verificar o desempenho do rendimento escolar dos alunos, qualidade dos cursos de formação, assim como a melhoria na remuneração dos professores, entre outros. Estes aspectos constituem algumas das condições para a construção da cidadania em todas as suas dimensões e contextos sociais.

Nesse sentido, concebendo-se que a sociedade, por suas instituições, deve assegurar a seus cidadãos um futuro de oportunidades justas e dignas, a escola – como uma dessas instituições – deve contemplar, em seus projetos, as necessidades existentes e as futuras que permitam a essa sociedade contribuir para a realização deste grande objetivo. Para isso, parece necessário que alguns aspectos importantes componham a pauta de reflexões, análises e discussões internas ao processo educacional, tais como: os atores sociais envolvidos e o seu próprio processo de envolvimento – professores, diretores, coordenadores e comunidade escolar; as mudanças sociais, políticas e econômicas ocorridas no mundo contemporâneo que afetam a escola e os processos educacionais e a garantia de que todos os cidadãos tenham oportunidade de uma educação de qualidade. Reunir estes elementos, em um processo analítico e comprometido com a realidade educacional e do país, significa construir as condições

para que todos os personagens sociais envolvidos consigam atuar, participar e transformar a realidade.

Efetivamente, assegurar este futuro implica alguns entraves a serem superados, como a irrelevância do sistema educacional brasileiro, a defasagem da escola pública e o não acompanhamento da escola em relação ao atual desenvolvimento econômico e tecnológico da sociedade contemporânea. Apesar da retórica governamental de que a educação ocupa um lugar privilegiado na agenda de administração político-institucional, a realidade nos tem mostrado que “são ainda freqüentes o abuso político dos órgãos de educação e respectivos recursos financeiros, o tratamento inadequado dos docentes, a manutenção de ofertas degradadas de formação docente, o mau equipamento escolar, a falta de condições adequadas de trabalho, as impropriedades do planejamento e assim por diante”. (DEMO,1995:149)

Os discursos governamentais têm ainda como meta priorizar a educação, defendendo sua importância ao longo de toda a vida, mostrando a necessidade de aprender a aprender, de aprender a fazer, de aprender a viver juntos e de aprender a ser. Trabalham na perspectiva de que, neste século, caberá à educação dar a conhecer os mapas de um mundo complexo, implicado nas mudanças, o que significa proporcionar ao aluno ferramentas necessárias para o enfrentamento da diversidade. Todavia, segundo LIBÂNEO (1997:165), o quadro crítico a respeito dos clássicos problemas educacionais continua a existir, como

falta de planos e medidas efetivas, descontinuidade administrativa, desigualdades entre regiões, estados, grupos etários e classes sociais, indefinição das responsabilidades dos governos federal, estadual e municipal, além dos crônicos índices de evasão e repetência, analfabetismo, insucesso da escolarização das crianças de 8 anos, desqualificação profissional dos professores, níveis salariais baixíssimos e fundamentalmente, o alarmante fracasso dos esforços em favor da melhoria da qualidade de ensino.

Ao se estabelecer uma relação face a face, tendo, de um lado, a realidade existente no sistema educacional brasileiro e, de outro, a realidade de uma sociedade permeada pelas transformações sociais, políticas, culturais, econômicas e tecnológicas, faz-se necessário reconhecer quão pouco esses processos vêm influenciando a escola, como se tais transformações não fizessem parte das dinâmicas e relações do mundo educacional. A globalização dos mercados, a tecnologia na área da informática e comunicação, a transformação dos meios de produção e dos processos de trabalho, assim como a alteração das atitudes e valores, são alguns dos elementos da contemporaneidade que necessitam ser considerados. As nações, ao construírem um sistema mundial de economia, passam a perceber a necessidade de levar a escola e os sujeitos nela inseridos a assumirem seu papel nesse contexto, como agentes de mudanças e de geração de conhecimento, para que os cidadãos que por ela passarem possam intervir e atuar na sociedade de forma crítica, criativa e socialmente comprometida.

Se tomarmos como referência a realidade de suas condições de vida e estipularmos metas mais amplas, saberemos onde este sujeito histórico está inserido e qual sua realidade concreta na sociedade contemporânea.

Instituições como o Fundo das Nações Unidas para a Infância da UNICEF, em seu relatório *Situação Mundial da Infância-1999*, demonstram a preocupação com um ensino de qualidade e consignam sua relevância enquanto direito que oportunizaria a queda dos indicadores de ineficiência e baixa qualidade que concorrem para o fracasso escolar.

Cerca de um milhão de pessoas chegará ao século 21 sem saber ler um livro ou assinar o nome – muito menos operar um computador ou entender o formulário simples. E, como já acontece hoje, elas viverão em condições de pobreza mais desesperadoras e terão saúde mais precária do que as pessoas que tiveram a oportunidade de ter educação. (...) nos países em desenvolvimento, mais de 130 milhões de crianças em idade escolar estão crescendo sem ter tido acesso à educação básica, enquanto outros milhões de crianças

desperdiçam energia em situações de aprendizagem abaixo dos padrões, onde se aprende muito pouco. (UNICEF, 1999:4)

Diante do exposto, as atuais transformações econômicas, políticas e culturais inerentes à sociedade contemporânea e a ineficiência dos sistemas educacionais levam-nos, enquanto sujeitos envolvidos na e pela escola, a considerar a necessidade de uma reavaliação de seu papel social e a urgência de uma escola que tenha a missão maior de atender ao aprendiz e, necessariamente, concebê-lo como usuário específico, dotado de necessidades particulares, que aprende, representa e utiliza o conhecimento de formas diferentes, e precisa efetivamente ser atendido de acordo com sua história social. Com este perfil de unidade escolar, delineia-se a necessidade de constituir uma escola pública eficiente na sua prática pedagógica, que dirija os alvos e focos de sua ação ao aluno. Dessa maneira, configura-se um novo olhar sobre a escola e o fazer pedagógico. Essa é uma das grandes metas da escola futura: idealizar uma escola que assegure a todos os cidadãos uma formação cultural e científica, possibilitando-lhes uma relação autônoma, crítica e construtiva com a cultura em suas variadas manifestações.

Contudo, para que essas metas sejam alcançadas, é preciso, de um lado, articular objetivos convencionais, como as competências e habilidades a serem desenvolvidas eficazmente, por meio de conteúdos e expedientes didáticos adequados, e, de outro, articular essa escola eficaz (competente) com uma escola que forme e estimule a participação de sujeitos autônomos e socialmente críticos e criativos, capazes de desenvolver um pensar em movimento e as atitudes exigidas pela sociedade atual. LIBÂNEO (1998:8) confirma essa necessidade de a escola se adequar, quando diz que o cidadão de hoje precisa de uma

“maior competência reflexiva, interação crítica com as mídias, conjugação da escola com outros universos culturais, conhecimento e uso da informática, formação continuada (aprender a aprender), capacidade de diálogo e comunicação com os outros, reconhecimento das diferenças, solidariedade, qualidade de vida, preservação ambiental”.

Ao se considerar a crise de valores e princípios, desencadeada pelas transformações científicas, estéticas e tecnológicas do mundo atual, a escola tem um papel incomensurável de oportunizar o resgatar dos valores éticos e humanos, como justiça, solidariedade, honestidade, reconhecimento das diferenças; o aprender a conviver com tais valores, respeitando a vida, e os direitos humanos, propiciando o fortalecimento da sociedade; o preparar gerações futuras para o enfrentamento das novas exigências postas pela sociedade contemporânea, sem violentar o exercício da ética e da cidadania.

As políticas educacionais e a necessidade de melhorar a qualidade dos serviços ofertados aos seus alunos passam a fazer parte da pauta dos discursos governamentais. Porém, a maioria dos governos e organismos financiadores têm buscado soluções para a crise da qualidade da educação, por meio de reformas educacionais e de investimentos em programas nacionais centralizados na União, no Estado ou no Município. Com essas medidas e, ao mesmo tempo, com a não participação da comunidade, essas reformas não alcançam o sucesso desejado, inviabilizando tais políticas devido à inexistência de uma efetiva legitimação desses programas por parte dos interessados: professores, pais e alunos. Portanto, a escola precisa adequar-se e ofertar aos seus cidadãos um serviço de excelência – com um ensino de qualidade – e os que por ela passarem precisam ter condições de, efetivamente, praticar a liberdade política e intelectual, dentro e fora da instituição educacional. A ela cabe, então, deixar de ser uma mera transmissora e reprodutora de conhecimentos e informações, transformando-se em um local de análises críticas desses conhecimentos, habilidades, informações e valores.

Nessa direção, o desafio passa a ser educar para a cidadania, o que significa formar cidadãos suficientemente capazes de atuar, comunicar, defender, participar e transformar a sociedade em que estão inseridos. Para isso, a escola deve ter presente, para si, alguns princípios ao elaborar seus projetos, como a transitoriedade, o incerto, o imprevisto, as mudanças e as transformações que estão, a cada dia, mais freqüentes. Educar, nesse contexto, envolve a compreensão da multiculturalidade, da interdependência com o meio ambiente e a percepção do indivíduo como parte integrante de

uma comunidade, de uma sociedade, de uma nação e de um planeta. Educar é ensinar a viver num mundo em constante mudança, no qual a atitude de questionamento crítico é indispensável para atuação social dos indivíduos. Portanto, educar para a diversidade é entender que somos diferentes, que cada um tem esse direito individual, único, singular, e que a educação qualitativa deve oportunizar ao aluno um aprofundamento das relações pessoais baseadas no respeito às diferenças.

Com isso, a educação passa a constituir um direito social do cidadão, e precisa ser entendida como um duplo processo de aprofundamento, tanto da experiência pessoal quanto da vida social, que se traduz na participação ativa, efetiva e responsável de qualquer sujeito, em qualquer etapa de sua vida, na sociedade. Assim, a educação escolar deve auxiliar a produção do conhecimento, o que pressupõe uma ampla compreensão de todos os envolvidos de que educação e cidadania caminham juntas, são elementos indissociáveis da construção de uma sociedade mais igualitária e justa. Garantir educação de qualidade a todos passa a ser uma meta; por isso, torna-se importante refletir sobre a formação do cidadão, este aprendiz que necessita de novos conhecimentos.

Concebido esse aluno como um sujeito social que frequenta o sistema educacional público, a escola deve contemplar em seu interior oportunidades de reflexão sobre o seu papel social, pois seu aluno é um cidadão em um mundo pleno de adversidades, que lhe cobra posturas flexíveis perante algumas situações cotidianas, o que o obriga a lidar com diversas contradições, peculiares a cada área do conhecimento.

Trata-se, portanto, ao mesmo tempo, de um desafio e um sério problema atentar para o lugar onde 'acontece' o conhecimento, por ser considerado, no mundo atual, a principal força de produção, ocorrendo tanto em locais não formais quanto em lugares institucionalizados, nos quais grupos são levados a controlar o que consideram conhecimentos válidos.

Por meio do recorte reflexivo empregado nesta exposição, pergunto-me: o conhecimento somente será considerado legítimo se for produzido em lugares institucionalizados? O conhecimento adquirido e produzido no cotidiano não pode ser considerado legítimo? Será que a escola não precisaria direcionar seu olhar para as questões curriculares, tendo em conta o conhecimento que a criança

traz consigo, e sistematizá-las em conhecimento cientificamente elaborado? A escola, ao ensinar, consegue também aprender com o que a criança traz ao chegar à instituição educacional?

Apesar de a escola pública brasileira apresentar, em seu interior, a concepção de que somente ela é capaz de armazenar e transmitir conhecimentos que têm valor, devemos nos questionar se todos estão preparados para rever e modificar um dos lugares em que esses conhecimentos ocorrem – a escola –, assim como reconsiderar a significativa importância do turbilhão de conflitos e experiências que ultrapassam os limites de seus muros.

As estratégias governamentais e, conseqüentemente, as políticas educacionais mudam os níveis de investimento na produção do saber e também sofrem variações, tendo de adaptar-se às concepções sobre sociedade, cidadão e escola. Estas estratégias poderão contribuir, ou não, para a formação que a escola proporcionará aos seus alunos. É nessa perspectiva que sugiro o questionamento: será que a escola está suficientemente consciente da responsabilidade de educar para a cidadania, preparando os estudantes para atuarem como tal? Ou encontra-se despreparada para questionar e analisar as repercussões das políticas, dos pacotes educacionais, ou mesmo da falta de políticas na área educacional?

Paralelamente, pode-se dizer que as políticas educacionais propostas pelo Ministério da Educação apontam a escola, enquanto instituição, como a que deve definir o homem que deseja formar, trabalhando essa contradição que é formar um cidadão suficientemente crítico, atuante e capaz de lutar pelos seus direitos e deveres, e, ao mesmo tempo, desenvolver os requisitos básicos necessários para ele inserir-se como profissional no mercado de trabalho. Este tem sido o grande dilema dos dias atuais.

Redimensionar os saberes socialmente construídos na comunidade à qual a criança pertence, em conjunto com os saberes que a escola transmite, constitui um desafio a ser transposto na atualidade. Isto significa que a escola deve compreender a realidade concreta em que se inserem seus alunos, respeitar os conhecimentos advindos das camadas populares, aproveitar suas vivências nas discussões e questionamentos, de tal modo que possa trabalhar com uma visão de educação em que os sujeitos sociais sejam sujeitos históricos.

O percurso da escola pública no Brasil, com sua estrutura tradicional, a dificuldade de ela perceber e incorporar as mudanças que ocorreram ao longo do tempo fora de seus muros, assim como a necessidade efetiva de um ensino de qualidade, são aspectos que constituem entraves à inclusão dos alunos das camadas populares no processo educacional. Tais dificuldades são encontradas pelo fato de a escola conceber que os estudantes, em suas unidades escolares, são filhos da classe trabalhadora e não mais da burguesia, o que em certa medida reforça o preconceito da diferenciação entre classes sociais. Aqui, levanta-se o questionamento sobre o fazer-pedagógico, em termos do rumo que se deve tomar para que seja ele dirigido ao sucesso dessas camadas e quais ações alternativas seriam as ideais para a obtenção desse sucesso, de acordo com as reais condições da escola pública brasileira.

Nesse contexto de conflitos e contradições, pode-se indagar se a escola, enquanto agência educativa ligada às necessidades do progresso e da inculcação de hábitos civilizados, procura cumprir seu papel social de formar o cidadão para exercer a cidadania, viver na cidade e ser sujeito de direitos e deveres, ou se esta agência, na medida em que deixa de oferecer ensino de qualidade aos alunos das camadas populares, não estaria contribuindo para o processo de exclusão pelo qual todos passam.

Isso nos permite direcionar nossos olhares para essa escola que temos, assim como refletir sobre a urgente necessidade de pensarmos em novas diretrizes para seu fazer pedagógico que considere a realidade do aluno e, principalmente, preocupe-se com a contribuição que poderá dar para que as noções de direitos e deveres façam parte das ações pedagógicas cotidianas. Com isso, seu aluno seria capaz de elaborar e construir conhecimento, poderia tornar-se um cidadão flexível apto a agir criticamente e com a necessária flexibilidade exigida pelos tempos modernos.

Os aspectos acima indicados, referentes a novas diretrizes, rumo a um novo fazer-pedagógico, devem ser considerados como imprescindíveis para o aprender-a-fazer de uma escola. E, para que esses propósitos tenham alcance, faz-se necessário rever questões específicas, consideradas entraves que dificultam o sucesso da qualidade de ensino, ou seja, o desenrolar qualitativo de uma educação voltada aos cidadãos. Portanto, a mudança social da

clientela põe em pauta discussões como a proposta curricular, programática e metodológica do ensino fundamental, visto que predominam crianças advindas das camadas populares, além da necessidade de ser contemplada a socialização primária sobre hábitos e requisitos necessários a um rendimento escolar bem-sucedido. Nesta direção, tais contribuições devem ser consideradas importantes, como bem assinala SILVA (1995:185), que vislumbra a necessidade de transpor a distância entre as experiências proporcionadas pela escola e currículo e as características culturais de um mundo social modificado em razão da

“emergência de novos movimentos sociais, pela afirmação de identidades culturais subjugadas, pelas lutas contra o patriarcado, pelos conflitos entre poderes imperialistas e resistências pós-coloniais, pelo processo de globalização e pela generalização dos novos meios e técnicas de comunicação”.

Inserir a escola nesse contexto tão complexo é acreditar na possibilidade de mudar; é acreditar que o papel fundamental da escola é conviver com o desafio de procurar modificar o que está posto como definitivo e imutável.

A visão de escola apresentada nesta exposição tem seu foco central direcionado ao aluno, considerando-o um ser inconcluso, em permanente estado de busca, que precisa educar-se permanentemente e é sensível à aquisição do hábito de ação e reflexão sobre o mundo, enfim, alguém que é sujeito e constrói seu conhecimento na interação com o mundo e com os outros.

Num mundo em permanente evolução, onde a transitoriedade, as transformações científicas e tecnológicas acontecem a cada instante, é imperativo à escola oferecer, cada vez mais, aos alunos das camadas populares contato com essa realidade, priorizando assegurar a todos os estudantes das escolas públicas um arcabouço suficientemente sólido de conhecimentos, para que possam inserir-se nessa sociedade da diversidade, repleta de contradições que configuram a contemporaneidade, possibilitando-lhes adquirir habilidades, aprender a aprender num processo de constante pesquisa, criando o exercício da reflexão-

ação-reflexão sobre o conhecimento, favorecendo a criatividade e flexibilidade nos locais onde se produz conhecimento e no mundo do trabalho. Tudo isso para alcançarem as exigências do mercado de trabalho e atuarem socialmente, enquanto cidadãos capazes de contribuir para a melhoria da qualidade de vida daqueles advindos das camadas populares.

Conforme ARROYO (1997:41), há possibilidade de uma escola que atenda aos filhos dos trabalhadores, contanto que se considere como fator imprescindível: “começar por criar condições para sua existência material, sem a qual será romântico reprogramar alternativas pedagógicas inovadoras”. O autor embasa-se em análises empreendidas em algumas escolas, ilustrando-as com alguns relatos:

Visitamos uma escola rural no interior. O técnico da DRE nos falava, no caminho, do novo currículo integrado à realidade do meio rural. Importantes inovações metodológicas e de conteúdos vinham sendo experimentadas nessa e em outras escolas. Chegamos à ‘escola’. Era uma capelinha no alto da chapada. Duas professoras na capela escura perdidas no meio de santos, andores e cheiro de mofo. Uns trinta alunos sentados no chão. A 1ª série olhando para o altar; a 2ª série, para o coro. As professoras, duas jovens do lugar, ex-alunas daquela mesma ‘escola’. Visitamos outras ‘escolas’ funcionando em galpões, casa alugada e sacristias.

Podemos cair na ingenuidade de aceitar que esse arremedo de escola fracassou porque foi transplantada da área urbana para a roça? De fato, essa pobre escola tem bastantes semelhanças com muitas escolas de favela, vila, bairro de periferia urbana, onde se amontoam os filhos dos trabalhadores, subempregados, desempregados e bóias-frias. Há semelhanças, e grandes, entre as escolas das classes subalternas do campo e da cidade: sua carência material e humana. Seu fracasso não está em não ser adaptada, mas em

ser tão adaptada, tão igual, tão carente e miserável quanto a miséria a que o operariado vem sendo condenado. (ARROYO, *id.ib.*)

O autor (1992) propõe-nos alguns tópicos reflexivos importantes: O ambiente escolar concorre para o sucesso escolar dos alunos das camadas populares? Ou não têm importância, para o sucesso escolar deles, a falta de clareza, o ar renovado, o material didático, os programas de formação continuada para professores que fornecem ferramentas para o desenvolvimento de propostas curriculares e metodológicas inovadoras?

A Educação e, especificamente, a escola precisam, em sua dinâmica, proporcionar ao indivíduo o senso de globalidade, levando-o a repensar seu papel social. Deve capacitar seus alunos para as necessidades de um ambiente global, educando-os para a compreensão da diversidade, para o profundo respeito a si e ao próximo e também para a conscientização dos direitos e deveres existentes na sociedade contemporânea.

Uma escola que atenda às necessidades dos estudantes das camadas populares é um dos grandes desafios dos educadores comprometidos com a educação. Estes devem direcionar suas ações para efetivar as possibilidades de construção de uma escola de qualidade – local onde o saber é socializado –, forjando um patrimônio de e para todos, mas principalmente daqueles e para aqueles alunos que, por diversas vezes, sentiram-se e foram excluídos do direito ao conhecimento e ao mundo social.

### Referências bibliográficas

ABRAMOWICZ, Anete; MOLL, Jaqueline. *Para além do sucesso escolar*. São Paulo: Papirus, 1997.

ARROYO, Miguel. Fracasso-Sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica. *Em Aberto*. n. 53, jan./mar. Brasília: INEP, 1992, p. 46-53.

\_\_\_\_\_. Fracasso-Sucesso: um pesadelo que perturba nossos sonhos. *Em Aberto*. v. 17, n. 71, jan. 2000. Brasília: INEP, p. 33-40.

\_\_\_\_\_. *Ofício de Mestre: Imagens e auto-imagens*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar - A aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. *Educação e cidadania: quem educa o cidadão?* São Paulo: Cortez, 1993.

DEMO, Pedro. ABC: *Iniciação à competência reconstrutiva do professor básico*. São Paulo: Papirus, 1995.

\_\_\_\_\_. *Educação e qualidade*. São Paulo: Papirus, 1995.

GUIDENS, Antony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GORENDER, Jacob. Globalização, tecnologia e relações de trabalho. *In: Estudos Avançados – IEA/Universidade de São Paulo*, v. 11, n. 29, São Paulo, 1997.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

LIBÂNEO, J. C. Pedagogia da modernidade: presente e futuro da escola. *In: Infância, Escola e Modernidade*. Paulo Ghiraldelli Jr. (org.), São Paulo: Cortez, 1997, p. 127-176.

\_\_\_\_\_. *Adeus professor, Adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente*. São Paulo: Cortez, 1998.

MORAES, Maria Cândida de. *O paradigma educacional emergente*. São Paulo: Papirus, 1997.

RIBEIRO, Marlene. Exclusão: problematização do conceito para análise da educação produzida nos movimentos sociais populares. Trabalho apresentado na 22ª Reunião da ANPED, Caxambu, 26/09-30/09/99, no GT Movimentos Sociais e Educação.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice, o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997.

SITUAÇÃO MUNDIAL DA INFÂNCIA. Unicef: Brasil, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. Os novos mapas culturais e o lugar do currículo numa paisagem pós-moderna. *In: Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais*. Antonio Flávio Moreira (org.). Petrópolis: Vozes, 1995.